



## Editorial

No presente volume da *Revista de Filosofia Aurora*, intitulado “Política e Biopolítica”, organizado por Cesar Candioto e Adriano Correia, encontram-se reunidos em um dossiê textos provenientes do III Colóquio de Biopolítica – Violência e Estado de Exceção, promovido pelo Grupo de Estudos em Biopolítica da Universidade Federal de Goiás (UFG) e coordenado por Adriana Delbó, Carmelita Felício e Adriano Correia. O evento foi realizado na UFG em dezembro de 2012 e contou com a participação de renomados pesquisadores nacionais e internacionais.

Em seus cursos da segunda metade dos anos 1970, no Collège de France, Michel Foucault resumiu, em conceitos como biopolítica e governamentalidade, o progressivo processo de estatização do biológico e de politização da vida que remonta ao menos aos primórdios da modernidade e configura-se como um de seus mais marcantes traços-definidores. Desses cursos de Foucault, notadamente *Em defesa da sociedade e Segurança, território e população*, bem como de *A vontade de saber*, primeiro volume de sua *História da sexualidade*, abriu-se uma vigorosa trilha para o estabelecimento de uma genealogia do poder moderno.

Inicialmente, Foucault buscou assinalar as transfigurações internas na lógica do poder soberano e seus contrastes e reconfigurações no *modus operandi* da biopolítica, ao indicar os elementos de sujeição e controle inerentes aos processos de disciplinarização dos corpos e regulação da vida; mas, progressivamente, quando a biopolítica é pensada a partir das artes de governar, também apontou a frugalidade

progressiva da arte liberal de governar e sua sujeição via fomento. A biopolítica é concebida como diagnóstico genealógico da progressiva imbricação entre política e vida na era moderna, quando, pela primeira vez na história, o biológico se reflete no político. A vida posta em jogo nos processos de sujeição pela disciplina e pelos dispositivos de segurança não é entendida somente como o mero viver, mas também em termos das múltiplas necessidades e potencialidades da existência concreta de cada indivíduo. Possivelmente não é outra a razão de Foucault concluir provisoriamente sua investigação com uma profunda análise do liberalismo e do neoliberalismo em *Nascimento da biopolítica*, quando os projetos de sujeição frugal atingem seu paroxismo no indivíduo compreendido como empresário de si mesmo.

As análises de Foucault a respeito da biopolítica reverberaram fortemente em pensadores contemporâneos como Giorgio Agamben, Roberto Esposito, Gilles Deleuze e Jacques Rancière. Em razão do diálogo apropriativo desses autores com a obra de Foucault, foram inseridos na reflexão biopolítica pensadores como Walter Benjamin, Carl Schmitt e Hannah Arendt, e temas como “vida nua”, “estado de exceção” e “totalitarismo”.

A partir de conceitos como violência, soberania, governamentalidade, neoliberalismo, direitos humanos, sacralidade da vida, exceção e autoritarismo, os autores do dossiê reativam o vigor crítico da cada vez mais polissêmica perspectiva biopolítica, para iluminar questões pungentes à reflexão contemporânea sobre a política.

No artigo “Michel Foucault, pensador de la soberanía: notas por una genealogía de la vida ética”, Rodrigo Karmy Bolton analisa os diferentes desdobramentos do conceito de soberania em Michel Foucault: soberania jurídica, soberania política e vida soberana. Eduardo Pellejero, em “Aquém da biopolítica: a parte (sem parte) de Jacques Rancière”, apresenta dois aspectos do termo *aquém*: a redutibilidade da política às relações de poder e sua postulação transcendental aquém de qualquer partilha efetiva do comum. Em “Os paradoxos da sacralidade da vida humana: questões ético-políticas do pensamento de W. Benjamin e G. Agamben”, Castor Mari Martin Bartolomé Ruiz propõe uma arqueologia da sacralidade a partir dos estudos de Walter

Benjamin e Giorgio Agamben e seus desdobramentos éticos e políticos. No artigo “*Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica”, Marcos Nalli expõe as principais ideias do filósofo político italiano, principalmente sua releitura da biopolítica moderna pelas categorias conceituais de “comunidade” e “sistema imunitário”. Em “Direito dos governados e estado de exceção”, Sylvio Gadelha problematiza elementos envolvidos no conceito de “direito dos governados” e no problema do estado de exceção. Recorre-se, de um lado, a Agamben e a Schmitt, para abordar o tema do estado de exceção, e, de outro, a afinidades existentes entre Foucault e Deleuze, para tratar do tema do direito dos governados. No artigo “Biopolítica e direitos humanos: uma relação revisitada guiada pelo cortejo da ajuda humanitária”, Daniel Arruda Nascimento acena para uma secreta solidariedade entre a ajuda humanitária supostamente purificada do comprometimento político e a subtração de direitos à qual ela pretende combater. Jonnefer F. Barbosa, em “A crítica da violência de Walter Benjamin: implicações histórico-temporais do conceito de *reine Gewalt*”, problematiza o conceito de “violência pura” no pensamento de Benjamin e suas implicações na percepção do tempo e da história. Em “Violências do nome: exceção e silêncio”, Vinicius Nicastro Honesko parte da leitura da cena final do filme *Teorema*, de Pier Paolo Pasolini, para propor um itinerário analítico a respeito da linguagem humana em sua matriz aristotélica e suas implicações políticas em diferentes interpretações da filosofia e da literatura contemporâneas. No artigo “Quem é o *animal laborans* de Hannah Arendt?”, Adriano Correia sublinha uma questão central sobre a modernidade política, que é a vitória do *animal laborans*. Essa expressão, na obra arendtiana, pode ser repertoriada de três modos: como dimensão fundamental da existência condicionada pela vida; como produto da sociedade atomizada; e como mentalidade e “modo de vida”, extraídos das condições do mero viver. Finalmente, no estudo “Política, revolução e insurreição em Michel Foucault”, Cesar Candiotto tenta delimitar não propriamente a biopolítica, mas o modo pelo qual o pensador francês situa a política a partir de 1977, com as resistências à governamentalidade e seus desdobramentos teórico-práticos na atitude crítica, nas contracondutas e nas insurreições, bem

como seu contraste com uma maneira de situar a política pela teleologia revolucionária.

Esta edição da revista apresenta, entre os artigos de fluxo contínuo, os seguintes trabalhos: “Michel Foucault e a antropologia: *Les mots et les choses* e o elogio à etnologia”, de Heraldo de Cristo Miranda; “Benedito Nunes, leitor de Clarice Lispector, ou o drama de habitar uma linguagem sitiada”, de Horácio Luján Martínez; “Frege sobre ‘decisiones’ (*Entschlüsse*): intencionalidad y motivación em Frege y Husserl”, de Mario Ariel González Porta; “Estrutura e ontologia na obra de Merleau-Ponty”, de Ericson Falabretti”; e “O que é uma filosofia-cinema?”, de Mauro Carbone.

Agradecemos aos autores pela participação e esperamos que os textos propiciem frutíferas leituras e excelentes reflexões.

**Cesar Candioto – PUCPR**

**Adriano Correia – UFG**

Organizadores do Dossiê

**Bortolo Valle**

**Antônio José Romera Valverde**

Editores